

ATA DA 074ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso José Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Discorre sobre a realização da Feira Sul Metal & Mineração 2012, em Criciúma, e sobre a instalação da Câmara Setorial do Arroz.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Discute a importância do Plano Nacional de Educação (PNE).

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Destaca a necessidade de discutir nacionalmente o modelo de produção das agroindústrias e a elaboração de políticas públicas de intervenção do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Define a situação da suinocultura catarinense como uma resposta à crise do capitalismo europeu e afirma que a atual política para o setor compromete o futuro da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero cumprimentar o deputado Gelson Merisio, presidente desta Casa, os srs. deputados, as sras. deputadas, o público que nos assiste pela TVAL.

Nesta manhã, em nome do Partido Progressista, gostaria de trazer algumas informações e uma delas tem a ver com o polo metalmeccânico e com mineração. Realizou-se na última semana, em Criciúma, a III Feira Sul Metal & Mineração 2012, a I Feira Nacional da Indústria Metalmeccânica e a I Feira Nacional de Equipamentos e Tecnologia para a Construção.

Trata-se de um evento que está na sua terceira edição e que vem crescendo cada vez mais graças ao trabalho do sindicato metalmeccânico de Criciúma, que tem na presidência o empresário Guido Búrigo, e graças ao trabalho de toda a comissão organizadora.

O evento envolveu mais de 250 expositores do Brasil e do exterior e vem crescendo a cada ano. No ano anterior movimentou cerca de R\$ 43 milhões em vendas e negócios e este ano fechou com uma movimentação de R\$ 100 milhões, trazendo tecnologias de outros países, vendendo máquinas e equipamentos produzidos em Santa Catarina, ligados a um setor essencial para o desenvolvimento do nosso estado.

A mineração não está ligada apenas ao setor carbonífero, está ligada ao setor cerâmico, ao setor de pisos, de azulejos, de revestimentos, está ligado ao setor de equipamentos e de

pesquisa. A mineração está ligada diretamente à produção de material de construção e hoje é um segmento que movimenta cerca de 20% a 30% do PIB do nosso estado.

Por isso, essa feira se constitui num grande evento, mobiliza empresas de Santa Catarina, de todo o Brasil e também de países do Mercosul. Tivemos, inclusive, a participação de comitivas da China.

A Feira Sul Metal & Mineração 2012 é, sem dúvida nenhuma, um grande evento, uma grande referência, uma iniciativa bem sucedida do sindicato metalmeccânico de Criciúma, da comissão organizadora, de todas as entidades que participaram, da Fiesc e outras entidades que ajudaram a fazer desse um evento de sucesso.

O sul de Santa Catarina, liderado por Criciúma e Nova Veneza, é conhecidamente um polo metalmeccânico que produz peças e equipamentos nessa área e exporta para alguns países.

Quero, em nome do PP e da Assembleia Legislativa cumprimentar todos os envolvidos no setor por essa iniciativa que ajuda a gerar negócios, serve de vitrine para o desenvolvimento de tecnologias. Quero cumprimentar todos os empresários que lá estiveram durante os cinco dias e que saíram satisfeitos. Cumprimento todos os expositores que realizaram negócios, pois todas as comitivas que se fizeram presentes elogiaram a organização, o trabalho e o acréscimo que a Feira Sul Metal e Mineração deu a todos que participaram.

Por isso, quero cumprimentar a comissão organizadora, o Sindimetal, através do empresário Guido Búrigo, presidente da III Feira Sul Metal & Mineração 2012. Foi uma grande referência para todos nós e merece os nossos cumprimentos.

Gostaria também de convidar todos os deputados estaduais e lideranças que aqui se encontram para, hoje à tarde, deputado Moacir Sopelsa, às 14h, no plenarinho, acompanharem a implantação em Santa Catarina da primeira Câmara Setorial do Arroz, composta por 18 entidades governamentais e não governamentais, que a partir de agora deverão

tratar das políticas públicas de fortalecimento desse setor, que envolve mais de 25 mil famílias em Santa Catarina, cerca 150 mil hectares plantados e produz mais um milhão de toneladas de arroz.

Esse setor envolve uma cadeia produtiva formada por agricultores, por cooperativas, por fornecedores de insumos, por fornecedores de máquinas e de equipamentos, pela indústria produtora de sementes, movimentando alguns milhões de reais na economia de Santa Catarina e até então não tinha tido a devida atenção do governo, não tinha uma organização interna que focasse mais na melhoria de políticas públicas que ajudem os nossos agricultores.

A Câmara Setorial do Arroz chega em boa hora, justamente no momento em que alguns países do Mercosul têm conseguido, com incentivos fiscais, acessar nossos mercados, tanto em Santa Catarina como em todo o Brasil, com preços abaixo do nosso custo de produção, fazendo com que muitos agricultores deixem a atividade.

Por isso, a Câmara Setorial do Arroz, ligada ao governo do estado, à secretaria de Agricultura e da Pesca, com a participação de agricultores, de sindicatos, da indústria e de todo o segmento ligado a essa cadeia produtiva, vai ajudar a formular políticas públicas, para que possamos, nos próximos anos, enfrentar os desafios que estão chegando com o Mercosul e com a diferença na carga tributária que há entre o Brasil e os demais países, onerando os nossos produtores e tornando pouco competitiva a atividade arrozeira em Santa Catarina e no Brasil.

Por isso, quero convidar todos para assistirem às 14h, com a participação das federações de trabalhadores, aqui no plenarinho da Assembleia Legislativa, ao lançamento da Câmara Setorial do Arroz, que contará também com a presença do deputado João Rodrigues, secretário da Agricultura do estado de Santa Catarina.

Agradeço, sr. presidente, a oportunidade!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL que nos acompanham, volto à tribuna para discorrer sobre o Plano Nacional de Educação, o PNE, seu andamento, sua elaboração e sua importância, deputado Sargento Amauri Soares, para a realidade e para a sociedade brasileira.

(Passa a ler.)

"Durante todo o primeiro semestre de 2011 foram realizadas audiências públicas que discutiram o Plano Nacional de Educação. Essas audiências foram coordenadas, em Santa Catarina, pela comissão de Educação da Assembleia Legislativa e nelas foram debatidos as metas e os investimentos que devem ser realizados para a melhoria da educação no estado e no país.

O investimento público direto em educação em relação ao PIB está em 4,4% no Brasil. É evidente que é preciso mais para melhorar a realidade dessa área. O novo Plano Nacional de Educação vai nortear as políticas públicas para a área entre 2011 e 2020 e deve ser aprovado no Congresso Nacional ainda em 2012.

Documento importante para que a educação alavanque no Brasil, o PNE é composto de 12 artigos e um anexo com 20 metas para a educação, com foco na valorização do Magistério e a qualidade da educação. Entre as metas estão a universalização, até 2016, do atendimento escolar da população de 4 e 5 anos; a ampliação, até 2020, da oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos; a universalização do ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos; o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos; a elevação, até 2020, da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% nessa faixa etária.

Constam também como metas do PNE a universalização, para a população de 4 a 17 anos, do atendimento escolar aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino; o oferecimento de educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica; e a garantia da participação da comunidade escolar.

O tema que deve ser o mais discutido e que é o propulsor de todas essas mudanças, pois atinge diretamente os municípios e estados, é a ampliação progressiva do investimento público em educação, até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto do país!

Entre as metas também estão estabelecidas ações voltadas para a diminuição do analfabetismo, da evasão escolar e diversos pontos pertinentes que possam colocar o Brasil num patamar de igualdade com os países que conquistaram índices elevados de qualidade na educação.

Mas o ponto que gostaria de enfatizar é o valor de investimentos na área educacional brasileira. O PNE apresenta um investimento de 7% do PIB, mas é voz corrente, que ganha força, o aumento dessa porcentagem de investimentos em até 10% do nosso PIB.

A educação no Brasil é precária e deve ser revista, colocada como prioridade pelo ente federal em todas as esferas administrativas. O Brasil investe cerca de R\$ 1.900,00 por ano em cada estudante do ensino fundamental, e em torno de R\$ 13.000,00 em cada estudante do ensino superior. Esses são números da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico, a OCDE. Em outros países esses números são muito diferentes. O relatório intitulado *Education At a Glance* mostra que o país é um dos que investem menos no ensino fundamental, ganhando apenas da Turquia. Nos Estados Unidos, por exemplo, o valor ano da criança no ensino fundamental é de US\$ 8 mil. O maior investimento do mundo é feito em Luxemburgo, que gasta algo em torno de US\$ 12 mil por ano na educação fundamental por aluno,

investe, não gasta, segundo informações da revista *Educação*.

Informa o blog do professor Daniel Cara que a Câmara dos Deputados aprovou, em 26 de junho, o patamar de investimento público em educação pública na ordem de 10% do PIB. Foi uma vitória da cidadania brasileira, construída por meio de um intenso processo de interação entre o Parlamento e a sociedade civil. Mas é importante ressaltar que não se trata de uma vitória definitiva, pois ainda precisa ser confirmada no Senado Federal.

É unânime a opinião de que esse percentual deve ser mesmo aplicado na educação no Brasil, para que se inicie um processo de evolução, modernização e qualidade no ensino. Vemos por todos os locais que as escolas estão em situação precária, que os professores têm salários em desacordo com a sua responsabilidade e que há falta de incentivo para os estudantes permanecerem em sala de aula.

O patamar adequado para o financiamento da educação foi aprovado não apenas porque é uma demanda justa. O imposto sobre grandes fortunas também é uma demanda justa, mas não avança, assim como a tão decantada reforma tributária e como todas as outras reformas que são justas, mas que não avançam. Logo, é preciso reconhecer a importância e a difusão social do Plano Nacional da Educação, e isso como conquista brasileira, que culminou apenas na vitória ainda na Câmara Federal, mas que agora segue para o Senado para o seu trâmite normal.

Concordando com as reflexões do blogueiro da revista *Educação*, fica o questionamento central: o que significa o patamar equivalente a 10% do PIB para a educação pública? O resultado mais evidente e importante é que o Brasil passará, aos poucos, a dar um importante passo rumo ao crescimento que há muitos anos continua estagnado com os problemas que todos nós conhecemos.

As colocações do professor Daniel Cara são pontuais e importantes nessa discussão. Não podemos mais deixar nossa educação à margem da

sociedade, os estudantes sem conteúdo e os professores desmotivados.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, já afirmou que o patamar de 10% do PIB para a educação pública é 'tarefa política difícil de ser executada'. E logo arrematou: 'Em termos de governo federal equivale a colocar um MEC dentro do MEC, ou seja, tirar R\$ 85 bilhões de outros ministérios para o da Educação'.

É preciso ponderar sobre a citação do ministro. Esse plano é de dez anos e esse investimento é até 2020; é crescente a taxa de investimento e o Brasil tem todas as condições de acumular. Assim, com uma gestão eficiente - e entendo que existem esforços nesse sentido - conseguiremos melhorar os investimentos na educação.

Ainda de acordo com o artigo da revista *Educação*, outras questões devem ser pontuadas, porém é extremamente complexo resgatar uma dívida histórica de centenas de anos com a educação. Ademais, diz Daniel Cara, e todos hão de convir, 'educar bem crianças, adolescentes e jovens, além dos adultos que não tiveram oportunidade de acesso à educação, é antes de tudo uma questão de respeito a seus direitos'.

O patamar de 10% do PIB para a educação pública é viável. Somente a Petrobras, que é uma empresa de economia mista controlada pelo governo federal, anunciou que vai investir até 2016 mais de R\$ 450 bilhões na construção de plantas exploratórias para extração e refinamento de petróleo. Excelente. Contudo, comenta o blogueiro, se uma empresa de capital misto consegue investir sozinha 10% do PIB em sua principal atividade econômica, a lógica não me permite acreditar que o estado brasileiro inteiro (composto pela união, estados, distrito federal e municípios) seja incapaz de destinar 10% do PIB para a educação pública.

Citei, durante o meu pronunciamento, as reflexões de Daniel Cara, sr. presidente, pois comungo da opinião de que a educação não pode ficar de fora da pauta diária das discussões em

nosso país. E o Plano Nacional de Educação é uma ferramenta primordial que está à disposição para ser aprovada no Congresso Nacional, sancionada pela presidente da República e colocada em prática para nortear as ações que vão viabilizar de fato, juntamente com mais investimentos, a qualidade na educação em todos os aspectos aos brasileiros.”

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Antes de passar ao próximo horário, quero anunciar a presença, neste plenário, de representantes dos Bombeiros Voluntários de Caçador, de Joinville, de Jaraguá do Sul, de Jaguaruna, de Indaial e de outros tantos municípios, que vieram assistir à votação da PEC no período da tarde.

Portanto, desejo tanto aos bombeiros voluntários quanto aos bombeiros militares que se sintam à vontade neste plenário. Esta é a Casa do Povo e temos a obrigação de recebê-los com todo o carinho.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos oito minutos estão destinados ao PSDB.

Como não há deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham no plenário e aqueles que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, como a deputada Luciane Carminatti não chegou em tempo a esta Casa para fazer sua fala, quero trazer presente uma situação que estamos vivendo no estado e no Brasil referente à suinocultura.

Ontem a presidente Dilma Rousseff anunciou à imprensa que lançará no dia de hoje o Plano Safra e que a agricultura exerce um papel essencial no enfrentamento dos impactos da crise internacional

dentro do nosso país. Já o secretário Nacional da Agricultura Familiar, nosso amigo Laudemir Muller, disse, em Abelardo Luz, que não há perspectiva de um projeto nacional de desenvolvimento sem que se olhe para a agricultura familiar. Concordo plenamente com isso, até pelo papel social, cultural e de preservação ambiental exercido pelas pequenas propriedades, que em Santa Catarina representam 95% das propriedades agrícolas.

Falando de suinocultura, ontem vários deputados ocuparam esta tribuna e discutiram esse tema também na comissão de Agricultura. Fico muito abatido quando converso com agricultores do nosso estado, principalmente agricultores familiares de determinadas regiões, como o alto Uruguai e a encosta da serra, no sul, e vejo que a pequena propriedade tem mais força na suinocultura e que há centenas de pequenos proprietários ainda produzindo tanto leitões quanto engordando suínos, mas que inúmeros municípios decretaram estado de emergência por causa dessa situação.

Na minha avaliação temos duas grandes linhas de ação: uma é a discussão do modelo de suinocultura implantado no estado; a outra é a discussão de políticas públicas de intervenção do estado. Lamentavelmente, sempre que há impactos ou crises, vamos aos governos discutir isenção de impostos e socorro aos agricultores. Mas, infelizmente, quando se trata de discutir um projeto de futuro dessa cadeia produtiva, o estado não é chamado, deputado Reno Caramori, e o projeto é implantado ao bel-prazer das grandes agroindústrias.

Por incrível que pareça, estamos falando de sobra de produção, mas as empresas estão investindo alto em megaprojetos. E já denunciei isso há dois anos, quando fizemos um movimento contra esses grandes projetos que colocam em uma propriedade cinco, seis, dez mil animais, pois são projetos de exclusão social em nossos pequenos municípios.

Os prefeitos precisam enfrentar esse debate. É óbvio que em algum momento vai sobrar produto, porque se você coloca cinco, dez mil animais em

uma propriedade, as que produzem 200, 300 ou 400 animais vão parar!

Por isso, srs. deputados, temos urgência em discutir o modelo agrícola do nosso estado e do Brasil. Usa-se dinheiro do BNDES para esses megaprojetos. Quer dizer, é dinheiro público sendo usado não para incluir socialmente o pequeno agricultor, mas para excluí-lo e isso precisa ser enfrentado. Infelizmente, nosso governo federal ainda não chegou a discutir esse tema, ou seja, se queremos construir uma economia social ou uma economia com maior concentração de renda e de capital e, por consequência, de exclusão.

Por outro lado, também precisamos fazer um alerta. Hoje a chamada verticalização da produção coloca os animais e os insumos nas mãos das indústrias, das empresas. Se começar um quebra-quebra, esse modelo não se sustentar mais e as cooperativas começarem a quebrar, assim como as agroindústrias, o que em alguns casos já está acontecendo, aí, sim, o impacto social, econômico e histórico será muito maior.

Por isso, precisamos debater esse tema, sempre com o compromisso de defender os agricultores, que durante gerações vêm desenvolvendo essa atividade. Precisamos, sim, buscar políticas públicas junto aos governos, sejam estaduais ou federal, que concedam isenção de impostos, incentivos fiscais, apoio financeiro e renegociação de dívidas. Tudo isso precisa ser discutido porque há necessidade de socorro neste momento, mas, infelizmente, isso apenas é debatido no momento de crise, já que quando a coisa está boa, as empresas vão investindo, excluindo, concentrando e depois ficamos correndo atrás do prejuízo.

Precisamos, sim, discutir um modelo de produção senão estaremos sempre correndo atrás do prejuízo. Esse problema deve ser enfrentado pela secretaria da Agricultura, pela Epagri, pelo ministério da Agricultura, enfim, todo o aparato da administração pública precisa debater essa questão, inclusive esta Casa!

Infelizmente, o modelo que está sendo implementado é o mesmo usado pela cadeia produtiva

do leite, entre outros, e o resultado lá na frente pode não ser positivo. Então, precisamos prevenirmos. No mais temos que assumir o compromisso com a luta dos agricultores, dos suinocultores, das diversas áreas de produção do nosso estado que são essenciais para o desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil.

O nosso estado é altamente produtivo, contribui com o PIB através da produção agrícola, através da agropecuária, exporta muito, inclusive para outros países. E precisamos fortalecer essa relação com outros países, abrir novos mercados internacionais e socorrer a nossa agricultura que precisa de apoio.

Estaremos acompanhando todo esse debate durante a semana que vem, propusemos uma discussão na comissão da Agricultura sobre esse tema e também estaremos acompanhando as articulações e as audiências na capital federal, que objetivam conseguir apoio à agricultura catarinense, principalmente à suinocultura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e pessoalmente, principalmente os bombeiros voluntários que já estão chegando para o debate da PEC n. 0001 que ocorrerá hoje, na sessão da tarde.

Vivemos um momento de crise mundial que, evidentemente, está chegando a todos os lugares do mundo, inclusive ao Brasil. Em 2008 tivemos reflexos muito importantes dessa crise em nosso país e o governo teve que gastar bilhões de reais

para socorrer grandes monopólios empresariais, inclusive do setor financeiro.

Gostaria de fazer o debate dizendo que na sociedade capitalista não há como fugir das crises e que elas voltam sempre com uma intensidade cada vez mais profunda. As políticas e as medidas econômicas dos nossos governos têm sido justamente no sentido de enveredar os rumos da economia num horizonte de uma dependência cada vez maior, dependência do sistema financeiro internacional, dos grandes monopólios, do chamado imperialismo capitalista.

A crise da suinocultura é a consequência óbvia da crise econômica do capitalismo na Europa, e essa situação pode agravar-se. Em 1930 tivemos a mesma situação com o café. Nós podemos ter, e já tivemos, reflexos, e é claro que não tão graves, na questão da madeira, na exportação de papel e celulose. Nós estamos tendo o mesmo problema na indústria. Ocorre que na indústria o governo federal está conseguindo formas de aliviar a crise, através da redução do IPI, inclusive isentando os padrões da contrapartida da contribuição previdenciária até no setor automobilístico. Já tinham sido incluídos nesse benefício os setores têxtil, calçadista, moveleiro e agora está entrando também a indústria automobilística.

O discurso é de que isso serve para fomentar a economia interna, garantindo a manutenção da produtividade da indústria para resistir à crise. Mas convenhamos, se fizermos qualquer cálculo - e não sou especialista em matemática - dá para entender que o que se está fazendo é apenas empurrar a crise alguns meses para frente. Ou vai-se criar a cada mês condições para que os brasileiros continuem comprando carros, mesmo quando não precisarem mais comprar carros? É evidente que não se vai fazer isso e é até irracional fazê-lo.

Por outro lado, é preciso avaliar que essa mesma política está comprometendo o futuro da sociedade. A partir do momento em que o governo reduz para o patrão a carga tributária, ele está

comprometendo os serviços essenciais que a sociedade precisa nas áreas da saúde, da educação, da segurança, da assistência técnica e da assistência social.

O argumento de que o imposto é muito e o dinheiro é mal utilizado está correto, especialmente de que o dinheiro é mal utilizado. Mas daí diminuir o imposto, deixar sangrando e criar um fosso cada vez mais difícil de resolver nos serviços essenciais não é a solução!

A isenção da contribuição previdenciária dos patrões, inclusive no setor automobilístico, agora, sim, compromete o futuro da Previdência, que não era deficitária, mas vai ficar deficitária porque o governo está perdoando o patrão de pagar a sua parte.

Nós caminhamos para uma sociedade em que as empresas vão achar que estão fazendo muito se estiverem gerando emprego. Mas no futuro não teremos aposentadoria.

Então, o argumento da isenção de impostos é no seguinte sentido: "Ah, está gerando emprego e nós precisamos gerar emprego". Mas não precisamos somente de emprego. Precisamos de saúde, educação, segurança, saneamento básico, aposentadoria e previdência ou voltaremos 200 anos na história da humanidade, quando terminada a vida útil, estava pronto para ir para a cova. É essa a sociedade que estamos construindo, mas é essa a sociedade que queremos?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Comunico aos srs. deputados que a Ordem do Dia foi transferida para o período da tarde.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Dirceu Dresch, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin.

(O deputado desiste.)

A Presidência registra a presença no plenário de representantes das corporações de bombeiros voluntários. Vejo representantes de Caçador e também professores, empresários, profissionais liberais, donas de casa, funcionários das mais diversas empresas.

Nós temos também tradicionalistas, a exemplo do Carlinhos, do CTG Porteira do Contestado - Piquete Amantes da Tradição. Enfim, temos representantes de todas as camadas sociais que compõem o Corpo de Bombeiros Voluntários do município de Caçador.

Portanto, quero agradecer a presença de todos neste plenário e tenham certeza de que este registro ficará gravado nos anais desta Casa.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

